

Luta de classes e luta revolucionária em Marx

Marcos Del Roio

Como citar: ROIO, M. D. Luta de classes e luta revolucionária em Marx. *In* : ROIO, M. D. (org.). **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.187-204. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-596-4.p187-204>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

LUTA DE CLASSES E LUTA REVOLUCIONÁRIA EM MARX

Marcos Del Roio

1 INTRODUÇÃO

Marx dedicou a maior parte da sua vida intelectual ao desenvolvimento de uma teoria do capital, sem que tivesse concluído a sua obra e sem ao menos que estivesse satisfeito com o que fizera. De fato, essa teoria em construção deveria dar conta da contradição em processo na sociedade civil desde que o capital ganhara autonomia e subsumira o Estado e o trabalho e passasse a ser o elemento determinante do conjunto das relações sociais.

O conhecimento científico da contradição que orientava o movimento da sociedade civil era um momento imprescindível para que a práxis revolucionária pudesse se desenvolver. Assim que se pode perceber como o conjunto da obra teórica/prática de Marx sempre buscou articular os elementos componentes da práxis, de modo a configurar uma filosofia

da práxis. No texto que se segue a prioridade será a de expor os momentos principais nos quais a ação política de Marx se conjuminou com a elaboração teórica.

Antes, porém, ainda que de modo rápido, será necessário examinar como o problema da contradição na sociedade civil tomou corpo até se tornar uma teoria do capital. Certo que a compreensão do movimento do capital exigiria a captação de suas contradições internas e de suas contradições em relação ao trabalho e também ao Estado.

2 A CISÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Em 1843, já tocado pelas proposições de Feuerbach e em franca rota de ruptura com Bruno Bauer, Marx escreve uma crítica ao livro *Sobre a questão judaica*, deste último, que fora uma sua referência por algum tempo. Bauer entendia que a emancipação política dos judeus da Prússia passaria pela superação da religião como elemento definidor do caráter do Estado. Marx indicou que a existência de um Estado laico seria insuficiente para que não só os judeus, mas todos os homens se emancipassem. Seria imprescindível à conquista da liberdade, da superação da cisão que dera vida ao domínio da burguesia, a cisão da sociedade civil burguesa projetada no Estado (MARX, 2010).

A cisão da sociedade civil se expressava na existência real do indivíduo egoísta com interesses privados concretos, que se faz representar de maneira ideal no cidadão do Estado. Tudo se passaria então como se a vida social estivesse desdobrada em duas facetas: da vida privada e da vida pública, do burguês e do cidadão, da sociedade civil e do Estado, tudo isso consubstanciado pelo Direito. A emancipação política promovida pela revolução burguesa cindia então o homem egoísta e o homem moral feito cidadão político.

Assim é que se construía e se desenhava o mundo burguês que se desenvolve na contradição da sociedade civil: como ilusão, como ideologia de um Estado representativo do conjunto dos cidadãos livres, iguais e proprietários. A dissolução desse Estado, da política, da cidadania, do direito, da ideologia, de tudo enfim que se desdobrava da contradição da sociedade civil -- dos interesses privados concretos --, junto com a transposição da

própria contradição, teria o significado da real emancipação da vida social dos homens que se encontram fora da sociedade civil, nesse caso, a contradição externa a ser captada por uma dialética inclusiva.

Mas – afirma Marx -- a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver organizado suas ‘forças propes’, como forças sociais e, em consequência, não separar mais de si mesmo a força social na forma de força política. (MARX, 2010, p. 54).

Afinal, com quem a sociedade civil, como construção burguesa, se confrontava? A resposta, de algum modo era dada pelos próprios intelectuais da ordem: a plebe, as classes perigosas, os homens sem propriedade e sem cultura, os trabalhadores manuais. O problema era aquele de descobrir como a contradição efetivamente se colocava. Não bastava, por suposto, anotar como a sociedade civil da burguesia criava as suas representações políticas, jurídicas, ideológicas. Era preciso conhecer os fundamentos da sociedade civil, desvendar como a contradição se desenvolvia na criação de homens proprietários e homens não proprietários.

Marx reconhecia já em fins de 1843, que o atraso material da Alemanha exigiria mais que uma simples emancipação política, sendo necessária uma práxis que ultrapassasse os feitos das revoluções burguesas e se elevasse ao nível universal, humano genérico. A interrogação crucial era aquela de que se haveria na realidade alemã “uma discrepância semelhante a da sociedade civil e Estado dentro da própria sociedade civil.” (MARX, 2005, p. 152).

A chave estava na identificação da divisão social do trabalho e da decorrente hierarquia social, que criava classes de homens diferenciados pela posição ocupada no processo produtivo da riqueza social, que era o fundamento, a base material da sociedade civil. Dessa constatação deriva a interrogação sobre qual seria o movimento contraditório que possibilita a acumulação do capital, essa relação social que é a vértebra da sociedade civil e em torno da qual se organiza a totalidade social.

Acontece que a contradição em processo não pode ser dissociada do entendimento e da prática que os homens têm da sua ação enquanto

seres sociais, pois que a contradição é levada adiante exatamente pelos homens por ela postados no lugar em que se encontram. Assim Marx havia identificado, desde fins de 1843, o proletariado como a força social capaz de conduzir o fim da cisão burguesa, o fim da forma política e alcançar a emancipação humana.

Entre 1843 e 1845, Marx rompeu do ponto de vista teórico e político com os intelectuais hegelianos de esquerda, em particular com aqueles com os quais houvera mantido maior proximidade e que foram Bruno Bauer e Ludwig Feuerbach. O caráter histórico concreto da sociedade civil burguesa estava identificado, mas seria ainda necessário um acerto de contas final com a filosofia clássica alemã, em particular com a vertente neohegelista.

Nos esboços que ficaram conhecidos como *A ideologia alemã*, escritos entre 1845 e 1846, o esforço feito por Marx e Engels de fazer uma crítica definitiva da corrente neohegelista não foi bem sucedida, mas serviu para que ambos os autores se esclarecessem sobre os fundamentos por meio dos quais se desenrolava a história dos homens: a relação do ser social com o ambiente natural por meio do processo de trabalho e o desenvolvimento das forças de produção da vida social. Já estava também consolidada a ideia de que era o conflito pela apropriação do excedente econômico a produzir a luta entre grupos sociais e que na contemporaneidade esse conflito se manifestava ao modo da luta de classes entre burguesia e proletariado (MARX; ENGELS, 2007).

Na sociedade civil, na qual se explicita a contradição, os burgueses se conflitam entre si na disputa posta pela necessidade de se empenhar em acumular mais que os outros, mas se juntam em defesa do interesse comum de preservar o processo de acumulação contra aqueles grupos sociais a partir de cuja força de trabalho ocorre a produção do capital. A cisão burguesa, a aparente divisão entre sociedade civil e Estado, serve exatamente para deixar nebulosa a relação social capital, pois tudo pode levar a crer que as relações sociais ocorrem entre indivíduos livres no mercado e que têm os interesses gerais preservados pelo Estado. Mas como a subjetividade é elemento constitutivo do movimento contraditório da sociedade civil, o que inclui a luta pelo conhecimento, para Marx era obrigatório o envolvimento nas lutas emancipatórias do trabalho, era obrigatório agir

na contradição em processo e contribuir para conduzi-la em direção ao desenlace emancipador.

A apreensão que Marx construiu a propósito do movimento da sociedade civil articulado em torno do capital como a contradição em processo teve início quando se deu conta da cisão gerada pelo mundo burguês entre sociedade civil e Estado, de como a sociedade civil, para que se mantivesse sóbria e organizada, projetava um mundo idealizado no Estado, com a sua ideologia e a sua representação política. Mas o foco da contradição em processo estava na sociedade civil e isso só poderia ser entendido se fossem incluídos na análise aqueles sujeitos que a burguesia e seus intelectuais se recusavam a reconhecer como dotados de civilidade.

Desse ponto de partida, Marx jamais se desfez e continuou por toda a vida, por meio da elaboração da teoria do capital, a perscrutar o movimento que levaria aquela sociedade civil ao seu fim com o resultado possível de gerar a emancipação de toda a humanidade enquanto se libertava o homem da escravidão do salário. Há, portanto, uma unidade essencial na obra marxiana, uma unidade que se pode dizer dialética no seu movimento, do mesmo modo que dialética era a apreensão do movimento do real que tentava concretizar. Isso é verdade mesmo para os textos de polêmica no universo neohegeliano da primeira metade da década dos 1840.

3 O PROLETARIADO SE FAZ CLASSE

Foi precisamente o envolvimento político de Marx na Alemanha que o levou a ser deportado para a França, em 1844. Em Paris manteve contato com trabalhadores alemães imigrados e que se organizavam na Liga dos Justos. Ali também se aproximou de Engels, teve a compreensão da necessidade dos estudos sobre a economia política e de que seriam os trabalhadores fabris os agentes principais da negação da ordem burguesa.

Por conta de suas atividades políticas, Marx esteve obrigado a se deslocar entre Alemanha, França e Bélgica. Seus estudos e sua ação política estiveram sempre vinculados à prática política, mesmo aqueles de caráter mais abstrato e teórico. Quando Marx e Engels se juntaram à Liga dos Justos, em 1847, já haviam identificado como grupos de trabalhadores proletários se juntam para a autodefesa frente à exploração, se organizam,

se colocam em movimento, e assim tem origem o embrião da luta que virá a constituir a classe operária.

Já na cáustica crítica a Proudhon, feita em *A miséria da filosofia*, de 1847, Marx indicava como as associações de operários se desenvolviam com objetivos mais amplos do que a mera defesa do salário e adquiriam caráter político. O processo é assim narrado:

As condições econômicas transformaram primeiro a massa da população do País em trabalhadores. O domínio do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, pois, essa massa já é uma classe relativamente ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta, da qual não assinalamos mais do que algumas fases, essa massa se une constituindo-se em classe em si. Os interesses que defende convertem-se em interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política. (MARX, 1965, p. 164).

A rigor, luta de classes só existe a partir da revolução burguesa, desde quando o capitalismo está para se estabelecer e está para se ordenar um Estado burguês representativo. Certo que antes do capitalismo, antes do momento em que o capital passa a ocupar o lugar determinante da vida social, quando já havia Estado, exploração do trabalho e acumulação mercantil, havia conflito social, pois que havia hierarquia e domínio, mas o conflito não era dado diretamente pelas relações sociais de produção da riqueza.

A divisão social do trabalho posta na época burguesa implica a formação das classes e a luta de classes devido à separação entre proprietário dos meios de produção e do conhecimento e os proletários. A classe do trabalho se forma com a aglutinação dos trabalhadores dispersos em direção à constituição de um movimento político/econômico antagônico ao capital, à burguesia e ao Estado, e que é possibilitado pelo próprio processo produtivo do capital.

A aglutinação dos trabalhadores ocorre, em primeira instância, por conta da necessidade coletiva de se lutar por melhores condições de vida e trabalho, pela restrição do tempo de trabalho, por melhores salários. Aqui já está posta a luta de classes, precisamente em torno da questão da exploração do trabalho no processo produtivo capitalista. Essa é enfim a

contradição que movimenta a sociedade civil, contradição que opõe trabalho a capital, mas capital dotado de poder político, de Estado.

Quando os trabalhadores se fazem classe, ou seja, um grupo social organizado e com consciência de pertencimento, passam também a acossar o Estado do capital com reivindicações de direitos políticos e econômicos. Assim, pode se notar que a luta de classes é própria do capitalismo, é a chave do movimento contraditório da sociedade civil. Marx (1965, p. 165) considera que

no transcurso do seu desenvolvimento, a classe operária substituirá a antiga sociedade civil por uma associação que exclua as classes e seu antagonismo; e não existirá já um poder político propriamente dito, pois o poder político é, precisamente, a expressão oficial do antagonismo de classe dentro da sociedade civil.

Feito classe ainda dentro do contexto da sociedade civil burguesa, com sua organização e consciência de pertencimento, os trabalhadores que geram o capital podem se organizar em partido. Se organizar em partido significa se organizar em parte que luta em defesa dos interesses materiais e políticos dos trabalhadores. Nessas condições, o partido operário pode travar a luta de classe no contexto do mercado do capital, subsumido pelo capital, sem que se explicita ainda como força antagônica autônoma, que nega o capital e o Estado.

A forma política para se conseguir o objetivo da negação do capital e do Estado político é a instauração da democracia, entendida como negação do governo representativo e da cisão burguesa entre sociedade civil e Estado. A democracia seria então a rota para o fim do Estado e da política como dimensão autônoma da vida, como mediação indispensável do domínio de classe da burguesia. Nessa situação a luta de classes se coloca como luta revolucionária, pois que visa a derrocada do poder do capital.

Marx escrevera o *Manifesto do Partido Comunista* como encargo de direção da Liga dos Comunistas, nome que a Liga dos Justos havia assumido, até como condição para o seu ingresso (e de Engels) na organização. Nesse manifesto / programa da Liga está descrito como se forma a classe e o partido de classe, como se trava a luta de classe, ou seja, como a contradição da sociedade civil se manifesta. A contradição entre burguesia e

proletariado ocorre também com a interpenetração entre as classes. Se, por um lado “a organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político é necessariamente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários”, por outro lado, por viver em luta permanente contra outras classes ou frações de classe, “a burguesia fornece aos proletários os elementos da sua própria educação política, isto é, as armas contra ela própria.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).

A luta de classes pode se alçar ao patamar de luta revolucionária quando o proletariado se fez classe e se faz partido, tendo em vista a conquista do poder político. Nas palavras do Manifesto,

a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia. O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas. (MARX; ENGELS, 1998, p. 58).

Assim fica indicado o caminho para a solução da contradição da sociedade civil e da cisão burguesa que erige o Estado como condensador do domínio de classe e do poder político. O fim da contradição ocorre “quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classe e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá o seu caráter político.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 59).

4 A LUTA DE CLASSES E A LUTA REVOLUCIONÁRIA NA FRANÇA

A atividade de Marx como militante da Liga dos Comunistas levou-o a ser expulso da Bélgica. Segue para Paris e logo para Colônia, onde funda o periódico *Neue Rheinische Zeitung*. Processado por instigar manifestações contra os governantes, Marx acaba sendo absolvido, mas é novamente expulso da Alemanha. Desta vez vai para Londres, onde se estabelece em definitivo. Toma a iniciativa então de dar um novo começo a *Neue Rheinische Zeitung*. A diferença era que o periódico de Colônia trazia o subtítulo de Órgão da democracia e a publicação londrina foi subintitulada como Revista de Economia Política.

Precisamente nessa revista é que Marx publica alguns dos artigos que analisam a revolução francesa em andamento e que viriam a compor o livro organizado por Engels, em 1895, que traz o título de *A luta de classes na França (1848-1850)*. Nesses escritos Marx acompanha o desenrolar da contradição da sociedade civil, a luta de classes e suas mediações no decorrer do período revolucionário.

De fato, o que Marx narra é a formação do proletariado como classe e seu embate contra a burguesia, a sua derrota, mas também o importante papel da pequena burguesia urbana e do campesinato, forças sociais que podem oscilar entre um polo e outro da contradição. Enfim, trata da derrota da classe operária na sua entrada em cena, da necessidade de alianças, mas também das contradições internas da burguesia, a qual tem enormes dificuldades de governar em primeira pessoa, de estabelecer um domínio imediato sobre o trabalho.

Nesses textos Marx aborda o movimento das superestruturas geradas pela contradição fundamental da sociedade civil, que é o meio pelo qual se articula a luta de classes. Decerto uma superestrutura frágil e que se articulava em torno de jornais, de associações, de clubes, mas que eram os instrumentos pelos quais se desenvolvia a tática de luta jacobinista por parte da classe operária.

A monarquia instaurada em 1830 havia expressado o poder dos banqueiros, os quais paulatinamente levaram o Estado a um aperto financeiro crescente. O Estado como expressão de uma só fração da classe dominante estava também exposto na restrição extrema do estatuto da cidadania, que incorporava apenas 1% da população francesa. Com isso, por suposto, outras frações das classes dominantes estavam excluídas do poder (a fração agrária e a fração industrial), assim como estavam o conjunto das classes subalternas (o proletariado, a pequena burguesia e o campesinato).

Os levantes operários de 1832, 1834 e 1839 haviam sido esmagados em sangrenta repressão, mas a ditadura de apenas uma fração de classe não poderia durar. O agravamento da crise agrícola e da crise financeira do Estado gerou a convergência de todos os grupos sociais que se opunham ao reinado de Luis Felipe de Orleans. O domínio do banco só poderia mesmo levar o próprio Estado à insolvência e ao acirramento dos conflitos no seio

das classes dominantes e entre as frações do capital. Assim, quando todas as classes se lançaram contra a monarquia orleanista “desapareceu inclusive a aparência de um poder de Estado arbitrariamente contraposto à sociedade burguesa, levando com ela toda série de lutas secundárias que esse pseudo-poder provoca.” (MARX, 2012, p. 44).

À queda da monarquia seguiu-se um governo provisório que foi obrigado a instaurar a república democrática (com sufrágio universal) devido à pressão do proletariado, o qual tomou a dianteira na luta de praticamente toda a sociedade civil postada contra o regime monárquico dos banqueiros. Marx (2012, p. 44) adverte que

ao ditar a república ao governo provisório e, por meio do governo provisório, a toda a França, o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafiou toda a França burguesa a se unir contra ele.

A observação indispensável a ser feita é que o proletariado se constituiu como classe e como partido nessa conjuntura, mas sem conseguir ultrapassar as vistas da sociedade civil burguesa, a qual, ciente de seus interesses, se uniu contra o proletariado. Nos meses seguintes à instauração da república percebeu-se com clareza meridiana que “todas as classes proprietárias ingressaram ao lado da aristocracia financeira na esfera do poder político.” (MARX, 2012, p.55).

O proletariado conseguiu forjar instituições sociais que acoessaram a institucionalidade republicana burguesa ao clamar pela organização do trabalho e por um ministério do trabalho. De novo Marx (2012, p. 46) adverte que

os trabalhadores haviam feito a revolução de fevereiro junto com a burguesia, mas procuraram impor seus interesses ao lado da burguesia, assim como haviam instalado, no próprio governo provisório, um trabalhador ao lado da maioria burguesa. Organização do trabalho! Sim, mas o trabalho assalariado é a organização já existente do trabalho. Sem ela, não há capital, não há burguesia, não há sociedade burguesa.

Marx explica essa limitação do proletariado de Paris pelo fato de ainda não conseguir se colocar como representante geral da sociedade em

oposição a burguesia. Apenas a derrota sangrenta nas jornadas de junho é que tornou possível ao proletariado se alinhar às camadas sociais intermediárias, a dizer, a pequena burguesia e o campesinato.

A derrota do proletariado, contudo, foi realizada aos poucos e Marx acreditava que fosse momentânea. A posse da Assembleia Nacional Constituinte foi um passo essencial na construção da república burguesa, isto é, um regime de convívio e domínio do conjunto da burguesia na sociedade civil e no Estado. Era indispensável agora retirar os direitos políticos e sociais conseguidos pelo proletariado logo no início do processo revolucionário. Isso quer dizer que o direito ao trabalho e a representação política dos trabalhadores teria que ser expurgada até que o proletariado chegasse à insurreição, o que aconteceu em junho, quando a derrota do proletariado significou a derrota da democracia. Afinal vinha a tona em sua forma mais pura a república burguesa, “como o Estado cujo propósito confesso é eternizar o domínio do capital, a escravidão do trabalho.” (MARX, 2012, p. 64).

O sentido da palavra revolução havia mudado no seu significado e deixou de ser apenas a troca da forma política do Estado para implicar a convulsão da sociedade civil burguesa. Da batalha de junho a fração republicana da burguesia emerge com força ao contar com os louros da derrota do proletariado e o enfraquecimento da pequena burguesia democrática.

Mas o custo dessa situação foi alto demais, pois a ditadura militar do General Cavaignac e o estado de sítio, se por um lado enfraqueceu a pequena burguesia e desarticulou o proletariado, por outro permitiu que as facções políticas monarquistas passassem a se manifestar e a ocupar espaços na vida social e no Estado. Por ora isso não foi de todo ruim, pois de imediato o mais importante era impor o direito de propriedade sem qualquer limite em detrimento da reivindicação do direito ao trabalho. Marx (2012, p. 76) anota que

por trás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, por trás do poder sobre o capital, a apropriação dos meios de produção, seu submetimento à classe operária associada, portanto, a supressão do trabalho assalariado, do capital e de sua relação de troca.

No seu esforço de constituir um poder centrado na propriedade privada e que contemplasse todas as frações da burguesia, deixou-se de

lado qualquer movimento que possibilitasse alargar a base de sustentação da república. A pequena burguesia, que poderia aderir sem problemas à nova forma política foi posta em dificuldades crescentes em razão das dívidas de que estava acometida. A falta de crédito levou grande número de comerciantes à falência e à revolta.

A forma política da república burguesa, da república dos burgueses, queria, todavia, legitimar-se por meio do sufrágio universal, o que comportava um risco incalculável. Promulgada a Constituição, mas prorrogada a fase constituinte até que as leis complementares fossem elaboradas, procedeu-se a eleição presidencial. O setor mais avançado da classe operária lançou a candidatura de Raspail para marcar posição, assim como a pequena burguesia lançou Ledru Rollin. Marx observa que a candidatura própria foi “o primeiro ato pelo qual o proletariado, como partido político autônomo desvinculou-se do partido democrático.” (MARX, 2012, p. 80).

O confronto real foi, no entanto, entre Cavaignac, o candidato da burguesia, e o príncipe Luis Napoleão, que acabou sendo o candidato do campesinato acuado pelo fisco. A vitória arrasadora de Napoleão já antecipava o conflito institucional entre o presidente e a assembleia constituinte. O novo governo foi formado por monarquistas de todas as correntes e afastados foram os republicanos burgueses.

Muito do conflito foi gerado em torno de proposições legislativas que restringiam a presença da pequena burguesia e do proletariado na vida da república. A mais aguda foi a proposta repressiva do governo de foi a da proibição dos *clubes*. Os clubes eram os centros organizadores do proletariado revolucionário e, mais que isso, “uma coalizão de toda a classe operária contra toda a classe burguesa, a formação de um Estado operário contra um Estado burguês.” (MARX, 2012, p. 92).

Note-se que Marx se dá conta da potencial dualidade de poderes que se desdobra da contradição da sociedade civil. A luta de classes elevada ao nível de luta revolucionária forja um novo Estado, que nega o Estado e o domínio político da burguesia em nome da emancipação do trabalho, da emancipação humana.

Na fase seguinte do processo, o proletariado -- com suas organizações banidas e obrigadas à clandestinidade -- se sentiu obrigado a uma

aliança orgânica com a pequena burguesia configurada no partido social-democrata. A política titubeante desse agrupamento na sua disputa contra o partido da ordem, formado pelas facções monarquistas, levou-o à derrota sem que ocorresse o esperado confronto de rua. Mais uma vez Marx destaca que o esperado embate entre o Exército e a Guarda Nacional democrática -- caso ocorresse -- poderia levar novamente o proletariado a se postar de forma autônoma e que “em caso de vitória já estava formada a comuna proletária, que deveria ser constituída paralelamente ao governo oficial.” (MARX, 2012, p. 109).

A nova derrota da pequena burguesia (e do proletariado) fez com que a cena política fosse sempre mais ocupada pelas disputas no interior do Estado, entre o presidente Bonaparte e o partido da ordem, que controlava a Assembleia Legislativa. Podia-se perceber como a chamada aristocracia financeira jamais tinha deixado de controlar o poder e o conjunto das classes proprietárias.

A lógica do endividamento também continuava a mesma do período anterior. O Estado ampliava a dívida pública e o campesinato (junto com outras camadas intermediárias) padecia de dívidas privadas crescentes para sanar aquela outra. O mesmo Estado buscava centralizar os recursos e o poder decisório. A solução indicada por Marx para a situação social do campesinato esta claramente indicada na necessidade da aliança operário-camponesa: “Somente a queda do capital pode fazer com que o agricultor ascenda, somente um governo anticapitalista, um governo proletário pode quebrar sua miséria econômica.” (MARX, 2012, p. 132).

As forças mais variadas se agrupavam na oposição ao domínio escancarado da burguesia e a palavra socialismo era moeda comum até mesmo na oposição republicana burguesa. Com fundo otimismo, após os resultados eleitorais francamente favoráveis de 10 de março de 1850, Marx (2012, p. 138-139) assinalava que

o proletariado passa a agrupar-se cada vez mais em torno do socialismo revolucionário, em torno do comunismo, para o qual a própria burguesia inventou o nome de Blanqui. Esse socialismo é a declaração de permanência da revolução, a ditadura classista do proletariado como ponto de transição necessário para abolição de todas as diferenças de classe, para a abolição da totalidade das relações de produção em que estão baseadas, para a abolição da totalidade das relações sociais em

que correspondem a essas relações de produção, para a convulsão da totalidade das ideias, que se originam dessas relações sociais.

No mesmo momento, na *Mensagem do Comitê Central à Liga*, Marx e Engels insistem na necessidade da construção de um poder paralelo e antagonista, de um contrapoder, daquilo que Lenin chamaria de dualidade de poderes. Orientam para que os trabalhadores, em seguida a possível vitória da pequena burguesia democrática,

Paralelamente aos novos governos oficiais eles devem constituir simultaneamente os governos operários revolucionários próprios, seja na forma de diretórios comunais e conselhos comunais, seja por meio de clubes operários ou comitês operários, de modo que os governos democrático-burgueses não só percam de imediato o respaldo que tinham nos trabalhadores, mas que se vejam fiscalizados e intimidados por instancias representativas de toda a massa dos trabalhadores. (MARX, 2010, p. 68).

No entanto, os erros táticos da direção política da esquerda pequena burguesa – a Montanha – levou a coalizão democrática e revolucionária novamente à derrota. De novo a contenda se reduzia ao confronto entre o partido da ordem e Napoleão, a luta ficava contida por dentro da classe dominante e do Estado que condensa o seu poder político.

Nesse conjunto de textos, os quais depois foram organizados como livro por Engels, em 1895, é possível aferir como Marx segue e interpreta o desenrolar da luta política de classes na França entre 1848 e 1850. Marx observa como o proletariado se coloca na cena histórica como sujeito autônomo, como tomba e insiste em se levantar, como tomba novamente, principalmente por não ter força e organização suficiente para dirigir a pequena burguesia e o campesinato.

No entanto, a utopia burguesa de dominar sem contar com a pressão dos de baixo não pode se realizar, pois sempre o proletariado e os pequenos proprietários estiveram presentes de um ou outro modo para condicionar, pelo menos, a forma política da dominação do capital. Desse modo, a revolução parecia como um processo permanente de luta de classes, até que o proletariado estivesse pronto para vencer numa luta efetivamente revolucionária de derrubada do poder burguês.

5 A AUTONOMIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO

No conjunto de artigos que depois veio a redundar no livro *O dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, escrito entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, a perspectiva de Marx já era outra. Agora a convicção sobre a permanência da revolução havia se esmaecido e o problema analisado era a emergência e o significado do bonapartismo. A abordagem do processo busca demonstrar como esse estágio da revolução burguesa na França fora regressivo, isto é, partira de um momento no qual o proletariado se apresenta na cena e instaura a república democrática, até que se conclui com a autonomização do poder político, até mesmo frente às classes dominantes.

As fases intermediárias viram o poder ser compartilhado entre todas as frações da burguesia numa república burguesa guiada pelos republicanos e depois pelo partido da ordem, que era expressão das facções monarquistas coligadas. O conflito institucional entre os poderes legislativo e executivo esvaziaram por completo o governo representativo burguês e transferiram o poder para uma representação personalizada e autônoma (na aparência) não só frente às frações burguesas, mas ao conjunto da sociedade civil. As frações de classe voltavam a se dividir e a identificar apenas com elas mesmas e a única forma de reencontrar a unidade burguesa era a projeção de um poder por cima da própria classe dominante, mas que tivesse um respaldo de massa, ainda que passivo. Esse respaldo de massa foi encontrado no lumpemproletariado e na pequena propriedade camponesa.

Esse desenlace só foi possível por uma série de problemas indicativos da particularidade francesa daquele momento. Uma delas, decerto, foi a dificuldade das frações da burguesia se unificarem frente à gravidade das contradições existentes entre elas e que tinham um fundamento material bastante claro, assim como tinham uma expressão política e ideológica igualmente clara. Quando o predomínio de uma fração sobre as outras ficou impossível, tentou-se uma unidade com a veste da república, mas essa também foi impossível. Por outro lado, a pequena burguesia visava a ilusória via democrática para a implantação de reformas sociais como meio de evitar a luta de classes, o que fazia da Assembleia Nacional a cena principal da contenda. Na Assembleia Nacional a pequena burguesia foi derrotada e faltou-lhe capacidade de manobra para se juntar ao proletariado nas ruas,

já que “A força do partido proletário estava nas ruas, a dos pequeno-burgueses na própria Assembleia Nacional.” (MARX, 2011, p. 64).

A “via democrática” estava derrotada, assim como estava derrotada a revolução proletária: estava enfim derrotada a sociedade civil. Marx explica que diante da enormidade da massa de funcionários do Estado, o poder efetivo da Assembleia Nacional dependeria da redução do exército de funcionários, de simplificação da administração estatal e que,

enfim, permitisse à sociedade civil e à opinião pública criar os seus próprios órgãos, independentes do poder governamental. Porém, o interesse material da burguesia francesa está entretecido da maneira mais íntima possível justamente com a manutenção dessa máquina estatal extensa e muito capilarizada. (MARX, 2011, p. 77).

Mas a burguesia e sua representação parlamentar trataram de fazer o contrário, ou seja, ampliar a repressão a toda e qualquer manifestação autônoma da sociedade civil. Com isso não fez mais do que reforçar ainda mais o poder executivo, pois a França é um País no qual

o Estado enreda, controla, disciplina, vigia e tutela desde as mais abrangentes manifestações de vida da sociedade civil até os seus movimentos mais insignificantes, desde os seus modos de existência mais universais até a existência privada dos indivíduos [...]. (MARX, 2011, p. 76-77).

De fato, nessa lógica contraditória a saída para a dominação classista da burguesia não estava na democratização política e social, pelo contrário, o que se via era um proletariado prostrado e uma burguesia que concentrava poder, mas que perdia força moral. Assim, “os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse condenada à mesma nulidade política que todas as demais classes; [...]”. (MARX, 2011, p. 82).

Assim é que a burguesia, uma parte depois da outra, abandonou a sua representação política parlamentar, que por sua vez se fragmentava mais e mais. Os intelectuais da ordem burguesa fizeram o mesmo com ataques sempre mais virulentos ao parlamento e a seus representantes. Acontece que

A república parlamentarista era mais que o terreno neutro em que as duas facções da burguesia francesa, os legitimistas e orleanistas, latifúndio e indústria, podiam conviver sob o mesmo teto com os mesmos direitos. Era a condição incontornável da sua dominação conjunta, a única forma de Estado em que o interesse geral da sua classe podia submeter a si, ao mesmo tempo, as demandas das suas facções em particular e todas as demais classes da sociedade. (MARX, 2011, p. 114).

Mas se a própria burguesia não confiava mais no parlamento como expressão de seus interesses gerais, ou mesmo particulares, dado que nenhuma maioria conseguia se formar, a solução possível era a de renunciar a sua representação política e deixar o poder político a cargo da burocracia estatal, a qual se expressava no poder executivo. O conjunto da sociedade civil estava submetido então ao poder político condensado no Estado. O golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 dissolveu o parlamento e os resquícios de governo representativo da burguesia. Um ano depois se instalava o regime imperial de Napoleão III, com o respaldo passivo da massa camponesa. Por outro lado, com a autonomização do poder político a contradição entre o proletariado e a burguesia se expressava no movimento da sociedade civil, mas também deixava claro que o poder político é o poder condensado do capital.

6 CONCLUSÃO

Vitimada por divergências internas e pela repressão estatal, a Liga dos Comunistas foi dissolvida em 1852. O cenário político era mesmo inteiramente desfavorável. O proletariado havia sofrido terrível derrota em todo o continente e mesmo a combatividade do proletariado inglês tendia a arrefecer. Marx, definitivamente instalado em Londres, poderia enfim se dedicar à elaboração teórica sobre o capital, sobre a contradição que movimentava (e movimenta ainda) a sociedade civil.

Em alguns dos escritos do período revolucionário, sumariamente vistos acima, percebe-se, com bastante clareza, que Marx considera que a sociedade civil é local das relações sociais de produção / exploração, mas que essa cria as suas superestruturas organizativas e ideológicas, que podem seguir a direção moral da classe dirigente / dominante, cujos interesses

gerais se condensam no Estado, ou podem se opor, de modo antagônico, à dominação e ao Estado de classe. Nesse caso a luta de classe se faz luta revolucionária e antecipa a dualidade de poderes.

Por outro lado, a derrota do proletariado, sem que a burguesia consiga impor a sua direção na forma de governo representativo, pode implicar a forma política do bonapartismo, que é a autonomização do poder político frente às frações da classe dominante na sociedade civil. Desse modo, o inimigo do proletariado torna-se visivelmente bifronte: é o capital na sociedade civil e o poder político do Estado, um não pode ser batido sem que o outro também o seja, pois que fazem parte da única contradição em processo, são particularidades da mesma totalidade social composta por múltiplas determinações.

REFERENCIAS

- MARX, K. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Crítica da filosofia do direito*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Miséria da filosofia*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.
- _____. *O 18 brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____.; _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____.; _____. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.